



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no Capitalismo

Saúde no trabalho: uma perspectiva de gênero

Maria Inez Santos¹

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo estudar prevalência de adoecimento de mulheres, trabalhadoras, relacionadas à questão de gênero. Para a sua realização, foi feita uma pesquisa quantitativa, utilizando de uma revisão integrativa realizada utilizando trabalhos científicos sobre diversos serviços e setores, com foco em diversos países do Mundo. A análise utilizou como referência base relatórios da Organização Internacional do Trabalho, além de acordos assinados pelo Brasil na ONU. Em seguida, buscou-se relacionar a situação das mulheres nesse contexto e com referenciais em nível mundial, numa perspectiva histórica crítica, e respaldada no feminismo crítico que traz o olhar da produção e reprodução social sob a égide da divisão sexual do trabalho. O trabalho buscou trazer os dados teóricos e os resultados da pesquisa, relacionando-os à discussão sobre desigualdades de gênero e as diversas formas que se apresentam. Tal fato diversifica a classe trabalhadora, no seu processo de proletarianização dos assalariados de serviços, repercutindo na burla dos direitos e na superexploração.

Palavras-chave: adoecimento no trabalho; desigualdade de gênero; relações de trabalho.

Occupational health: a gender perspective

Abstract: This research aimed to study the prevalence of illness among women, workers, related to gender issues. For its realization, a quantitative research was carried out, using an integrative review conducted using scientific work on various services and sectors, focusing on several countries in the world. The analysis used as a reference base reports of the International Labor Organization, in addition to agreements signed by Brazil at the UN. Next, we sought to relate the situation of women in this context and with references at a global level, in a critical historical perspective, and supported by critical feminism that brings the view of production and social reproduction under the umbrella of the sexual division of labor. The work sought to bring theoretical data and research results, relating them to the discussion on gender inequalities and the various forms that present themselves. This fact diversifies the working class, in its process of proletarianization of wage earners of services, reflected in the deception of rights and overexploitation.

Keywords: health; work; women; gender.

1. Introdução

Esse é parte da minha tese de doutorado que discute sobre saúde do/a trabalhador/a numa perspectiva de gênero. O trabalho das mulheres e os riscos a ele relacionados necessitam de visibilidade para a execução de políticas efetivas para a transformação da realidade da área de saúde e de segurança do trabalho, no Brasil e no Mundo. Essa

1 Doutora em Segurança e Saúde Ocupacionais pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Pt. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas/UFAL, Servidora Pública Federal da Universidade Federal de Alagoas/UFAL. E-mail maria.inez@progep.ufal.br

invisibilidade ocorre em todos os ramos da ciência, nos quais as mulheres são submetidas a uma definição universal, numa perspectiva estereotipada do foco na saúde e em doenças das mulheres vinculadas às funções reprodutivas e expressões de comportamentos ditos frágeis, o que contribui para mascarar desigualdades reais existentes na sociedade. Importa, nesse sentido, afirmar que as condições de saúde nos ambientes de trabalho são permeadas por fatores sociais, econômicos e culturais e, portanto, as relações de gênero são intrínsecas a esses segmentos. Nesse contexto, compreender o gênero é perceber esses complexos processos sociais mediante os quais as pessoas são definidas e ligadas, e também entender como se dá essa evolução ao longo do tempo. Tal fundamento é inerente a todas as instâncias da sociedade, sejam elas institucionais ou não (Manandhar *et al.*, 2018). Esse artigo traz uma reflexão sobre a importância da temática trabalho como uma problemática social, quando introduz a questão de gênero como forma de evidenciar diferenças existentes entre homens e mulheres baseadas na realidade socioeconômica e cultural.

2. Desenvolvimento

2.1. Desigualdade de Gênero, Saúde e Segurança Ocupacionais em Diversos Países do Mundo

Esse artigo é referente à saúde e à segurança do trabalho em vários países e tem como objetivo trazer reflexão sobre desigualdades de gênero no trabalho.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: *gender and safety and health and work; gender and "health occupational"*. As pesquisas foram realizadas em quatro bases de dados eletrônicas: *Scopus, PubMed, Web of Science, e Scielo*, no período de 10. 11. 2021 a 10.2 2022. Para esse conteúdo, foram analisadas fontes de evidências ou indícios, em publicações científicas, a partir de estudos primários de pesquisas, além de revisões sistemáticas e narrativas de teses, considerando abordagens que relacionam adoecimento físicos, psicossociais que enfatizem questões de gênero e que possam trazer diferenças entre homens e mulheres, prejuízos econômicos, sociais e psicossociais desde que sejam consideradas pesquisas fomentadas voltadas ao contexto da saúde ocupacional. Inclusão: Pesquisas em que possa haver um diálogo e/ou comparação com a saúde e a segurança ocupacionais entre homens e mulheres e que possibilitem análise de gênero. Exclusão: Todos os estudos que não estão relacionados à temática e objetivo proposto. Início da pesquisa: 24.11.2021 término 15.2.2022. Quadro

de artigos escolhidos para leitura: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Palavras-chave: gender and *health safety occupational*. Total encontrado: 2.077. Filtro: Período de 2016 a 2019. Total: 452. Total de artigos lidos: .

Os artigos, a seguir, trazem referências sobre variadas áreas de trabalho e de vínculos, incluindo o trabalho levado para casa e as repercussões na saúde.

Da autoria de Araújo et al., (2019), o estudo brasileiro “Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios” trouxe pesquisas que indicam que as questões de gênero ainda são invisibilizadas no debate sobre a saúde ocupacional. Assim como em áreas gerais, a área da docência também requer avanços substanciais no sentido de repensar os diferenciais de gênero nos processos de qualificação, que naturalizam a aquisição de habilidades, as diferenças sociais, a valorização e o reconhecimento social que estruturam a divisão sexual do trabalho, sem trazer a discussão do papel social da mulher e, conseqüentemente, a invisibilidade do trabalho doméstico. Esses elementos são estruturantes da distribuição de vulnerabilidades, logo, atuam diretamente na situação de saúde de homens e mulheres (p. 7).

O estudo mexicano, de Sangaramoorthy (2019), “Vida Liminar: Lesões Cotidianas, Incapacidade e Instabilidade entre Mulheres Mexicanas Migrantes na Indústria de Frutos do Mar de Maryland” afirma que a economia americana vem, desde a década de 1980, utilizando e dependendo de trabalhadores temporários, migrantes, principalmente do México, América Latina e Caribe, para suprir setores como o de processamento comercial de caranguejos. Esses trabalhos são precarizados, temporários e perigosos, especialmente pela falta de documentação adequada, como o visto de entrada temporário, em vias de vencer. É válido afirmar que as mulheres mexicanas constituem uma proporção crescente de trabalhadores migrantes para os Estados Unidos, e, quando relacionadas aos homens, elas são colocadas em desvantagem, como trabalhadoras temporárias, no mercado de trabalho dos Estados Unidos. É certo que os trabalhos atingem homens e mulheres, porém as mulheres são particularmente desfavorecidas, pois não têm as mesmas garantias que os homens que são colocados em empregos que tendem a ser mais padronizados e com salários mais altos (p. 9).

Assunção & Abreu (2019), no estudo brasileiro sobre “Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil”, trouxeram uma pesquisa realizada no período entre 2015 e 2016 com um universo de 2.229.269 trabalhadores/as. O objetivo foi construir informações sobre as características demográficas, características da escola e da rede de ensino, e situação de saúde do grupo que percebeu pressão laboral. O resultado trouxe o maior percentual de adoecimento e a percepção de vivenciar pressão no trabalho, significativamente associada ao sexo feminino. As relações de trabalho são mediadas pelas relações sociais construídas, e as desigualdades de gênero são fato. Isso quer dizer que são fatores que necessitam de reconhecimento e efetividade, considerando ainda que a divisão sexual do trabalho doméstico ainda sobrecarrega as mulheres, além da responsabilidade pelo cuidado dos familiares e execução das tarefas nesse contexto (p. 9).

O estudo indiano de Sharma et al. (2018) refere-se à “Resposta de gênero e limite de carga de transporte seguro para trabalhadores da indústria açucareira”. Segundo dados, de acordo com o levantamento realizado na Índia pela Organização Pesquisa Nacional por Amostra em 2009/10, o número total de trabalhadores foi de 465 milhões; porém, apenas 28 milhões dessa força de trabalho estavam engajados no setor organizado. Os 437 milhões restantes (cerca de 94%) no setor não organizado tem como meio de subsistência o carregamento de cargas pesadas com um pequeno ganho financeiro. Além disso, os baixos níveis de qualificação tornam as mulheres mais propensas a MSDs relacionadas ao trabalho, o que, por sua vez, as tornam vulneráveis ao estresse psicossocial em termos de exploração e elas têm menos poder de barganha por salários. E ainda tem o fato de trabalharem em tarefas e equipamentos, normalmente concebidos para os homens (p. 8).

Brown (2021), no estudo norte americano: “Mulheres trabalhadoras de vestuário enfrentam enormes desigualdades nas fábricas globais da cadeia de suprimentos agravadas pelo COVID-19”, trouxe resultados nos quais têm as mulheres, na sua maioria. Elas enfrentam, além de desigualdades salariais, riscos no local de trabalho, e ainda sofrem uma carga especial de violência e assédio baseada em gênero, incluindo assédio e estupro. O referido estudo chama a atenção para fatores primordiais como: o fato de as indústrias globais, que tem o maior percentual de mulheres trabalhadoras, ser a indústria de vestuário em regiões como Los Angeles e Nova York;

são predominantemente trabalhadores/as imigrantes do México, América Central e ilhas do Caribe, o que contrapõe com países produtores, com grandes executivos de marca internacional, na composição, predominantemente, branca e masculina, assim como os consumidores, brancos, dos países compradores. O autor afirma que programas existentes com ênfase em “responsabilidade social corporativa” falharam (p. 1).

Rios et al. (2017), no estudo norte americano sobre “A necessidade de uma análise detalhada de segurança ocupacional específica de gênero”, mostram nos resultados que as “(...) análises confirmaram que as mulheres lidavam com riscos únicos no local de trabalho em comparação com os homens (...)”, e chama a atenção de entidades de saúde e de segurança ocupacionais sobre a importância de análise detalhada de dados específicos de gênero em todos os setores, a exemplo de discriminação e assédio, especialmente no que se refere às ocupações não tradicionais, devido ao crescimento do trabalho feminino nos Estados Unidos (p. 1).

Smith & Anderson (2017) trouxeram comparações de gênero no estudo norte americano sobre “Lesões relacionadas ao trabalho entre zeladores comerciais no estado de Washington”. Neste estudo foi concluído que os/as trabalhadores/as constituem um grande grupo ocupacional vulnerável na força de trabalho dos EUA. As estimativas da pesquisa trouxeram dados nos quais as mulheres têm aproximadamente duas vezes mais lesões, indenizáveis, quando comparadas aos homens na mesma indústria. E o estudo verificou a necessidade de identificar diferenças por tipo de lesão e possíveis resultados desiguais por gênero, além de indicar manuais de prevenção no idioma espanhol (devido a 35% desses/as trabalhadores/as serem estrangeiros/as), a importância para garantir a igualdade de tratamento no processo de compensação dos trabalhadores, que seria o seguro vindo do Fundo Estadual (SF) do Departamento de Trabalho e Indústrias do Estado de Washington (L&I) (p. 5).

Pereira et al. (2018) também trouxe a necessidade de pensar o gênero no aspecto de trabalho no estudo brasileiro sobre “A autoconfrontação com o próprio tempo como perspectiva analítica no estudo das relações entre tempo e saúde”, quando refere que, ao pensar sobre gênero, há que se pensar também no papel socialmente definido entre eles, e quanto ao uso do tempo, além do aspecto do trabalho, considerando o lazer. Pesquisa com enfermeiro/as num hospital do Rio de Janeiro, aponta que

“(...) entre as questões trazidas pelo grupo como fonte de desconforto e mal-estar físico e mental, encontram-se a sobrecarga de trabalho profissional e a constatação de um tempo em demasia para os outros que se articula ao pouco tempo para si com forte componente das relações de gênero” (p. 8).

O trabalho doméstico e sua característica rotineira, sucessiva e interminável requer tempo substancial e, conseqüentemente, as mulheres que possuem também o trabalho fora de casa podem sofrer uma sobrecarga direcionada a elas. No caso desse estudo, são as enfermeiras, o que resulta, portanto, em desproporção entre o tempo disponibilizado para os outros e para elas.

Igualdade de gênero é um fator fundamental na análise do estudo do Reino Unido sobre “Gênero no espaço marítimo: como as experiências de mulheres marítimas que trabalham no setor de transporte marítimo do Reino Unido podem ser melhoradas?”. Este estudo foi realizado no setor de transporte marítimo do Reino Unido, que verificou as experiências nas condições de trabalho de mulheres marítimas. Foram solicitadas as opiniões dos principais representantes das partes interessadas do setor. A pergunta foi “o que deve ser feito para melhorar essas experiências? As respostas em todo o setor sugerem que todas as mulheres marítimas sofreram alguma forma de assédio durante suas carreiras, e houve implicações significativas para sua saúde, segurança e bem-estar ocupacional”. A pesquisa também concluiu que “as marítimas do sexo feminino provavelmente correm um risco ainda maior do que seus colegas do sexo masculino, devido à maior probabilidade de sofrer assédio sexual a bordo”. As autoras da pesquisa chamam a atenção para o fato de que para a igualdade de gênero há um longo caminho a se percorrer (Pike et al., 2021, p. 14).

O ambiente laboral em canteiro de obras ainda demonstra ser espaço hostil para as mulheres, segundo o estudo australiano sobre “Resiliência em um Ambiente de Trabalho Hostil: a Experiência de Mulheres no Canteiro de Obras”. Nele, afirma-se que os perigos de gênero foram expostos pelas mulheres quando verbalizaram a dificuldade de pertencimento, aceitação, exclusão e ostracismo. As mulheres que trabalhavam em canteiros de obras eram frequentemente submetidas à linguagem e a comportamentos inadequados por colegas de trabalho do sexo masculino, variando de piadas obscenas a incidentes de suposta agressão. Algumas sofreram assédio físico. Essas questões impactaram negativamente as perspectivas de emprego e progressão na carreira delas (Turner et al., 2021).

Ao se pensar em resiliência, pensa-se na obrigação dos empregadores em oferecer um ambiente saudável para todos os trabalhadores, e, nessa situação, especialmente para as mulheres. O trabalho para mulheres em ambiente marítimo pode interferir de forma negativa na saúde e na segurança ocupacionais das mulheres, como é o estudo sueco sobre “Bullying no local de trabalho e assédio no mar: uma revisão estruturada da literatura”. Pelos resultados, considera-se que, mesmo tendo a legislação da área, ainda se mantêm vivas práticas, desde 1995 até 2022, de assédio moral na indústria marítima. As taxas de prevalência de assédio moral e assédio no local de trabalho no mar variam de 8% a 25% de todos os marítimos em mais de 50% das mulheres marítimas. O estudo ainda esclarece que, embora seja crescente a pesquisa sobre a temática, ainda há falta de estudos de intervenção para enfrentamento dessa realidade (Österman & Boström, 2022, p. 8).

O estudo japonês sobre “Mulheres trabalhadoras não regulares no Japão: seu status atual e saúde” apresentou, no relatório final da pesquisa, a afirmação de que essas mulheres tendem a ter um estado de saúde reduzido devido a fatores como o emprego precário, além da falta de proteção social. Os dados ainda trazem uma disparidade entre homens e mulheres no trabalho doméstico, á que as mulheres trabalharam cinco vezes mais (215 min x 42 min) relacionado aos homens, entre casa e o trabalho remunerado (Inoue et al., 2016, p. 5).

No estudo australiano “Revisão cientométrica da pesquisa do século XXI sobre mulheres na construção”, considerando-se um contexto global, e as várias intervenções políticas e iniciativas com o objetivo de promover a igualdade de gênero nas últimas duas décadas, apontou que as mulheres que trabalham nesse setor sofrem discriminação de gênero e injustiça intraorganizacional, assédio, questões de saúde e de segurança, baixo equilíbrio entre vida profissional e pessoal, remuneração mais baixa e menor representação em funções baseadas no local e as de gerenciamento. A evidência mostra que muitas mulheres se sentem indesejadas e desconfortáveis no trabalho e experimentam baixa satisfação no trabalho (Hasan et al., 2021, p. 12).

A revisão sistemática canadense sobre “Diferenças de sexo e gênero em exposições a riscos ocupacionais: uma revisão de escopo da literatura recente”, realizada no período de 2009 a 2019, avaliou 58 trabalhos, considerando as diferenças entre homens e mulheres a diferentes tipos de exposições a riscos ocupacionais. O estudo

troux resultados para se repensar a prevenção nos ambientes de trabalho, assim como verificar mais a fundo as diferenças entre homens e mulheres em relação à segurança e à saúde ocupacional. Um fato para se repensar em equidade nas condições de trabalho: “(...) Uma diferença distinta foi que a maioria dos estudos relatou uma maior exposição de assédio moral no local de trabalho, assédio (incluindo assédio sexual) e discriminação em mulheres do que em homens” (Biswas et al., 2021, p. 3).

As desigualdades de gênero acabam por demonstrar a realidade adversa de mulheres trabalhadoras, pesquisadoras na África Ocidental, como afirma Sougou (2022), que realizou um estudo qualitativo descritivo, observacional e transversal no período de junho a setembro de 2020, em cinco países da África Ocidental: Gana, Senegal, Burkina Faso, Níger e Mali. O estudo identificou

(...) As normas de gênero que atribuem tarefas e responsabilidades domésticas às mulheres reduziram o tempo que elas podiam dedicar à pesquisa. A segunda foi a cultura organizacional insensível ao gênero e às políticas institucionais que aprofundaram as disparidades de gênero e tornaram mais difícil para as mulheres alcançarem posições de liderança. A terceira foi a necessidade de as mulheres em pesquisa passarem por programas de emancipação para fortalecer sua resiliência e capacidade de tomar decisões críticas, pois as abordagens estratégicas para enfrentar os desafios enfrentados pelas mulheres na academia estavam muito mais focadas em abordar seu relacionamento com o cônjuge. Em quarto lugar, foi a percepção individual intermediária de sucesso profissional e pessoal para muitas mulheres.

O estudo conclui afirmando que é papel das autoridades mais planejamento estratégico de médio e longo prazo para reduzir as disparidades de gênero na pesquisa e na academia (Sougou et al., 2022, p. 12).

O artigo “Igualdade de gênero e normas de gênero: enquadrando as oportunidades para a saúde”, escrito por representantes de governos, instituições globais de saúde, organizações da sociedade civil, ambientes acadêmicos, e o setor corporativo de grandes economias. Ele é baseado numa perspectiva de transformar a pesquisa de gênero e saúde numa parceria com outros campos do saber, como os das ciências da saúde, ciências sociais e humanas. Desta forma, serão utilizados, de forma solidária, os dados de pesquisas, baseadas em evidência, em prol de políticas e programas, com inclusão de monitoramento, para poder definir padrões para medir o gênero e as principais características sociodemográficas que permitirão estudos da interseção do gênero, considerando os determinantes sociais da saúde para a promoção da agenda de ações para enfrentar a desigualdade e suas nuances (Gupta et al., 2019, p. 1).

3. Considerações finais

Os artigos relatados que se referem a quase todos os continentes trouxeram dados que se repetem na literatura também brasileira, para aspectos fundamentais nas condições de trabalho, seja para homens seja para mulheres, em especial, ao maior percentual de referência às mulheres, quando trazem as seguintes considerações: desigualdades e discriminação de gênero em diferentes tipos de exposições a riscos ocupacionais e psicossociais; vários tipos de assédio à violência física; baixo equilíbrio entre vida profissional e pessoal; salários mais baixos e menor acesso ao gerenciamento; desconfortos e sentimentos de indesejadas no ambiente de trabalho; baixa satisfação no trabalho; emprego precário; falta de proteção social; disparidade entre homens e mulheres no trabalho doméstico, trazendo como consequência a múltipla carga; dificuldade de pertencimento. Enfatiza-se, inclusive, que a desigualdade de homens e mulheres, o que se refere à saúde e à segurança no trabalho, pode ser compreendida como um fator inerente ao processo histórico, social e cultural, e a iniquidade corresponde a uma injustiça de acesso a melhores condições de vida e de saúde na sociedade, falta de condições e tratamento igualitário em sociedades divergentes.

Referências

- ARAÚJO, T. M. de; PINHO, P. de S.; MASSON, M. L. V. **Teachers' work and health in Brazil: Thoughts on the history of research, strides, and challenges.** Cadernos de Saude Publica, v. 35, p. 1–14, 2019. Sup 1: e00087318. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00087318>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ASSUNÇÃO, A. Á.; ABREU, M. N. S. **Pressão laboral, saúde e condições de trabalho dos professores da Educação Básica no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, v. 35, (Supl 1), 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00169517>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BISWAS, A. *et al.* **Sex and Gender Differences in Occupational Hazard Exposures: A Scoping Review of the Recent Literature.** Current Environmental Health Reports, v. 8, n. 4, p. 267–280, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40572-021-00330-8>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- BROWN, G. D. **Women Garment Workers Face Huge Inequities in Global Supply Chain Factories Made Worse by Covid-19.** SAGE, v. 31, n. 2, p. 113–124, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/10482911211011605>. Acesso em: 10 abr. 2024.

CASACA, S. F.; LORTIE, J. **Gênero e Mudança Organizacional**. 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilohttps://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_682648.pdf Acesso em: 10 abr. 2024.

GUPTA, G. R. *et al.* **Gender equality and gender norms: framing the opportunities for health**. The Lancet, v. 393, n. 10190, p. 2550–2562, 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(19\)30651-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30651-8). Acesso em: 10 abr. 2024.

HASAN, A. *et al.* **Scientometric Review of the Twenty-First Century Research on Women in Construction**. Journal of Management in Engineering, v. 37, n. 3, e 04021004, 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.1061/\(ASCE\)ME.1943-5479.0000887](https://doi.org/10.1061/(ASCE)ME.1943-5479.0000887). Acesso em: 10 abr. 2024.

INOUE, M.; NISHIKITANI, M.; Tsurugano, S. **Female non-regular workers in Japan: their current status and health**. Industrial Health, v. 54, n. 6, p. 521, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.2486/INDHEALTH.2016-0105>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MANANDHAR, M. *et al.* **Gender, health and the 2030 Agenda for sustainable development**. Bulletin of the World Health Organization, v. 96, n. 9, p. 644–653, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2471/BLT.18.211607>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ÖSTERMAN, C.; BOSTRÖM, M. **Workplace bullying and harassment at sea: A structured literature review**. Marine Policy, v. 136, e104910, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/J.MARPOL.2021.104910>. Acesso em: 10 abr. 2024.

PEREIRA, A.; OLIVEIRA, S. S.; ROTENBERG, L. **A autoconfrontação com o próprio tempo como perspectiva analítica no estudo das relações entre o tempo e a saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 7, p. 2393–2402, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.07182016>. Acesso em: 10 abr. 2024.

RIOS, F. C.; CHONG, W. K.; GRAU, D. **The need for detailed gender-specific occupational safety analysis**. Journal of Safety Research, v. 62, p. 53–62, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsr.2017.06.002>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SANGARAMOORTHY, T. **Liminal Living: Everyday Injury, Disability, and Instability among Migrant Mexican Women in Maryland's Seafood Industry**. Medical Anthropology Quarterly, v. 33, n. 4, p. 557–578, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/MAQ.12526>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SHARMA, R.; KAMBOJ, K.; BHARDWAJ, J. **Gender response and safe carrying load limit for sugar industry workers**. Nome da revista, v. 25, n. 1, p. 51–60, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10803548.2018.150340>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SMITH, C. K.; ANDERSON, N. J. **Work-related injuries among commercial janitors in Washington State, comparisons by gender**. *Journal of Safety Research*, v. 62, p. 199–207, 2017. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jsr.2017.06.016>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOUGOU, N. M. *et al.* **Barriers of West African women scientists in their research and academic careers: A qualitative research**. *PLOSONE*, v. 17, n. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0265413>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOUZA, C. G. V. M. de *et al.* **Qualidade de vida profissional na saúde: um estudo em Unidades de Terapia Intensiva**. *Estudos de Psicologia*, v. 24, n. 3, p. 269–280, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20190028>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TURNER, M. *et al.* **Resilience in a hostile workplace: the experience of women onsite in construction**. *Gestão e Economia da Construção*, v. 39, n. 10, p. 839–852, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01446193.2021.1981958>. Acesso em: 10 abr. 2024.

VOGEL, L. **“Colocar óculos de gênero” para entender as condições de trabalho**. 2015. UGT. Portugal (Trad). Disponível em: https://www.academia.edu/41804878/_Colocar_%C3%B3culos_de_g%C3%A9nero_para_compreender_as_condi%C3%A7%C3%B5es_de_trabalho_2015. Acesso em: 10 abr. 2024.